

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

DANIELA DIAS MENEZES CORRÊA

Graduação em Pedagogia pela Faculdade UNIABC (ano de conclusão 2001); Professora com Licenciatura Plena em Pedagogia.



RESUMO

A maneira como são trabalhados os aspectos ambientais no ensino fundamental pode promover a formação de alunos cada vez mais preocupados com o descaso do homem com a natureza, tornando os alunos agentes multiplicadores do conhecimento, capazes de estender o que aprendem nas escolas às suas famílias e comunidade ao redor. Assuntos simples, como a reciclagem de lixo ou economia de água são temas presentes na realidade do aluno, possíveis de serem trabalhados e explorados, a fim de intensificar as ações humanas, conscientizando a população de que a preservação ambiental garante a sobrevivência da natureza, além de permitir uma qualidade de vida humana melhor, percebidas e estudadas por meio da Educação Ambiental de maneira transversal.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Ensino Fundamental; Metodologias.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a educação intenciona o estímulo dos alunos para sensibilização do que ocorre ao redor de sua realidade, ensinando que cada sujeito é parte integrante do meio ambiente, responsabilizando os alunos pelas atitudes que transformam e destroem a natureza e os recursos necessários para a sobrevivência humana, das atuais e futuras gerações. A Educação Ambiental, nesse contexto, é fundamental para a vida escolar do aluno, pois possibilita o entendimento e a integração do sujeito com o meio ambiente, respeitando os espaços, enfatizando a urgência na preservação (BRANCO, 2007).

Após a Revolução Industrial, a natureza passou a ser tratada como uma fonte inesgotável de materiais, cabendo ao homem o pensamento de que seria um espaço com infinitos elementos, esgotando cada espaço ambiental com a destruição contínua do meio ambiente, afetando as formas de vidas terrestres, inclusive à própria espécie humana, pois a destruição supera as formas de reposição (RIZZO, 2012).

e conscientizar os sujeitos, levando todos à preocupação com a natureza, preservando o meio e vivendo de maneira mais saudável e sustentável. A Educação Ambiental, então, torna-se o ponto de partida para que essa ação ocorra na sociedade, pois a partir de práticas educativas o indivíduo é levado à posição crítica acerca dos problemas sociais, capacitado para resolver situações—problemas emergentes que promova a qualidade de vida e reduza o consumo desenfreado de elementos ambientais.

O trabalho orientou-se pelo objetivo principal de analisar a aplicação atual da Educação Ambiental no Ensino Fundamental, observando como a formação básica permitirá que o aluno transforme-se em agente multiplicador do conhecimento.

Para tanto, a metodologia utilizada na realização do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, embasada na análise de livros impressos, artigos e revistas publicadas em domínios públicos, a fim de contemplar os objetivos referentes à temática escolhida. Os principais teóricos utilizados para fundamentar o trabalho foram: Dias (2002), Almeida (2007), Rizzo (2012) e Ruy (2004).

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Desde o início das primeiras vivências humanas em sociedade, o homem utiliza os recursos naturais, tratando o meio ambiente como fornecedor de elementos essenciais à vida humana. A princípio, a recorrência à natureza ocorria quando os homens desejavam algo imediato, retirando apenas o que fosse necessário para sua emergência, mas com os avanços tecnológicos, sociais e urbanos, o homem passou a consumir mais do que seria preciso, sem a preocupação de repor o que retirasse, causando um desequilíbrio natural (BORGES, 2005).

A Educação Ambiental deve estar fundamentada, inicialmente, no levantamento dos problemas ambientais reais vividos pela sociedade da região estudada, nas hipóteses das causas de tais problemas e nas soluções possíveis de serem atingidas, de acordo com o empenho e interesse da comunidade local, estendendo às preocupações relevantes ao poder público, intencionando o financiamento de projetos para solucionar os problemas mais evidentes (REIGOTA, 2008).

Quanto aos conteúdos integrados à Educação Ambiental, estes podem ser diversos, como a pobreza; a falta de saneamento básico; as agressões à fauna e flora; a poluição de rios, córregos e do ar; o efeito estufa; a reciclagem do lixo doméstico e das indústrias; ocupação de áreas naturais de maneira ilegal; aterro de manguezais; biodiversidade, entre outros, dependendo do contexto a serem explorados os temas. O importante é que, para a comunidade, a escolha dos temas faça sentido e esteja presente na realidade das pessoas, de modo que ocorram manifestações significativas, para uma verdade existente em suas vidas (BORGES, 2005).

Reigota (2008) ainda afirma que os conceitos mencionados interligam a ciência aos problemas ambientais cotidianos da população, cabendo a cada disciplina do âmbito educacional, independente do nível de ensino, contribuir de maneira relevante ao inserir atividades que tratem sobre o meio ambiente nos conceitos e particularidades de cada matéria.

O DESENVOLVIMENTO DO SENSO CRÍTICO

Os fatos que prejudicam a população tem impacto momentâneo, pois apenas na sua divulgação as discussões englobam os fatores, mas a ação das pessoas não perdura, devido à impunidade daqueles que realizaram as infrações. Um caso que pode exemplificar essa afirmação é do vazamento de quatro milhões de litros de óleo da Petrobras, no ano de 2000, nos rios Barigui e Iguaçu, no estado do Paraná. A empresa responsável causadora do derramamento estava muito bem equipada, mas o acidente durou pouco tempo nos debates sociais, levando ao esquecimento dias depois do ocorrido. Atualmente, ainda existem dúvidas quanto ao cumprimento dos prazos e planos de contingência para recuperar as áreas atingidas (CAPRA, 2006).

“(…) a Educação Ambiental deve ser entrelaçada a todas as disciplinas no ensino básico, dando continuidade no ensino superior para instruir os profissionais a procurarem maneiras “verdes” de executarem seus trabalhos” (RIZZO, 2012, p. 50).

Neste contexto, trabalhar o desenvolvimento do senso crítico dos alunos é uma maneira de diminuir o consumismo em massa, promovido pela apelação do capitalismo. É justamente o senso crítico que impulsiona as pessoas a argumentarem e opinarem contra os modelos vigentes de desenvolvimento, ou seja, sobre o consumo desenfreado. O ensino promove no indivíduo esta criticidade e permite que o sujeito seja passivo dos acontecimentos antes que ocorram a sua volta (BORGES, 2005).

Os atuais problemas do meio ambiente são reflexos de um processo de degradação que vem ocorrendo há gerações passadas. Os sujeitos que farão parte do futuro do mundo precisam ter mais consciência da necessidade de mudanças a fim de garantir uma sobrevivência, principalmente nas regiões urbanas, sofrendo um desequilíbrio ambiental cada vez menor em sua intensidade (REIGOTA, 2008).

Uma criança que cresce reconhecendo as necessidades ambientais de sua realidade, tendo capacidade para identificar a importância de preservar a natureza, diminuir o consumo excessivo, rever as políticas de habitação, entre outras necessidades Além disso, promove ações, questiona as decisões políticas, vai à luta por transformações e não aceita nada pronto, apresentando ânsia por mudanças constantes no meio ambiente e no futuro do planeta (RIZZO, 2012).

A Educação Ambiental, portanto, não vai promover a resolução de todos os problemas ambientais do planeta, mas pode ser definitiva na conscientização cidadã dos direitos e deveres, assim como estabelecer meios para soluções locais, que podem ser estendidas ao mundo. Quanto mais simples as medidas adotadas para diminuir os impactos ambientais negativos, maior a facilidade de aplicar as ações pela comunidade, que pode colaborar de maneira criativa, crítica e transformadora, conduzindo, posteriormente, às discussões mundiais ambientais (RIZZO, 2012).

OS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo Loureiro (2004), os objetivos da Educação Ambiental, bem como as finalidades e princípios, estão destacados na Carta de Belgrado que foi uma reunião realizada em Belgrado, em 1975 com o envolvimento de especialistas em diversas áreas da educação, a fim de definir os objetivos da Educação Ambiental, (REIGOTA, 2008).Dentre eles, a conscientização é o primeiro objetivo destacado, que capacita o sujeito para pensar sobre o meio ambiente em um aspecto global, a fim de torna-lo mais sensível aos problemas.

Nesse contexto, a Educação Ambiental vem para chamar atenção dos casos negativos que afetam a natureza mundialmente, como a destruição da camada de ozônio, o desmatamento de florestas cada vez mais comum, a construção de armamento nuclear, extinção de determinadas culturas e a poluição dos oceanos, questões que parecem distantes da realidade humana, mas que comprometem a sobrevivência do homem atual e das gerações futuras (LOUREIRO, 2004).

O próximo objetivo da Educação Ambiental, destacado por Loureiro (2004) é o conhecimento, que leva qualquer sujeito à compreensão sobre o meio ambiente planetário, capacitando-os para a integração da natureza às responsabilidades críticas do homem. O conhecimento permite que cultura e ciência sejam democratizadas no papel de proteção ambiental, sendo um direito de todo cidadão o acesso ao conhecimento. A Educação Ambiental não pode limitar-se apenas ao ensinamento do conhecimento científico, mas ampliar aos meios de informação de modo que a atuação humana seja totalizada na diminuição dos problemas ambientais.

O comportamento também é um dos objetivos da Educação Ambiental, que leva o sujeito a adquirir valores sociais, estando interessado na vontade de contribuir com a proteção do meio e a qualidade de vida humana. Estar consciente e conhecer os métodos de prevenção ambiental não são o bastante, sendo necessário o comportamento individual e coletivo a fim de efetivar ações e projetos sobre a Educação Ambiental, ou seja, o sujeito que não destrói árvores, economizar água e energia apresenta um comportamento mais próximo do esperado para o perfil de pessoas preocupadas com a saúde da natureza mundial (VIEIRA, 2008).

A competência trata-se de um objetivo complexo, ou seja, nem todos os sujeitos apresentam técnicas para resolver os problemas ambientais, mas a Educação Ambiental pode auxiliar a superar tais deficiências, elaborando meios com o auxílio de especialistas que possibilita a pessoas leigas o entendimento e aplicação dos problemas ambientais (CAPRA, 2006).

A capacidade de avaliação, outro objetivo citado por Loureiro (2004) é o que leva as pessoas a avaliarem medidas e programas realizados para o meio ambiente, voltando à percepção para a ordem ecológica, política, econômica, social e educativa dos fatores. Este objetivo permite ao sujeito enxergar quais os projetos e programas são fundamentalmente aplicáveis e quais deles podem ser descartados, possíveis após a tradução das linguagens científicas propostas para todos.

O último objetivo é a participação, que leva os grupos de indivíduos a assumirem a responsabilidade e perceberem as necessidades de ações imediatas para resolver os problemas ambientais,

cada um entenda seus deveres e busque os direitos, a fim de garantir uma melhor qualidade de vida (BRANCO, 2007).

Sendo assim, a Educação Ambiental adquire espaço na interdisciplinaridade, dentro do processo educacional, ganhando importância nos sistemas de ensino devido à orientação que proporciona aos alunos, formando cidadãos cada vez mais conscientes e responsáveis quanto às necessidades de redução de consumo e cuidados com o meio ambiente, a fim de preservar a qualidade atual de vida humana e das gerações futuras (BERNA, 2010).

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino fundamental caracteriza-se pelo processo de apresentar ao aluno seu espaço na sociedade, além de destacar os direitos e deveres como cidadão. A importância de trabalhar as questões ambientais dentro da educação tradicional demorou décadas até conquistar o devido lugar nos espaços formais educacionais (BERNA, 2010).

A Educação Ambiental ficou reconhecida em nível mundial após a Conferência das Nações Unidas que ocorreu na Suécia, em Estocolmo caracterizada como a primeira atitude mundial a fim de tentar preservar o meio ambiente, quando ainda se acreditava que o meio ambiente era uma fonte inesgotável e a relação homem com a natureza era desigual (VIEIRA, 2008). Em 1972 ampliando os processos de valorização dos conceitos ambientais, reafirmando os objetivos, apontando o desenvolvimento de habilidades, alterando a visão sobre as atitudes humanas com relação ao meio ambiente, interligando o homem, sua cultura e a natureza, tornando as práticas pedagógicas voltadas à Educação Ambiental, promovendo a ética que conduz à busca pela melhoria na qualidade de vida de todos os seres do planeta (VIEIRA, 2008).

Segundo Vieira (2008), o objetivo de tais propostas determina a aplicação de programas que capacitem os professores para garantir o acesso das informações sobre meio ambiente nas escolas, através da organização de eventos e atividades para a Educação Ambiental, direcionando os princípios e propósitos da Educação Ambiental às crianças e adolescentes, envolvidos no Ensino Fundamental, incentivando práticas que levem à conscientização ambiental produzindo a formação de sujeitos que sejam multiplicadores sociais das experiências e conhecimentos adquiridos sobre a importância de preservar e mudar o olhar para a natureza, a fim de garantir a preservação e sobrevivência do planeta.

Conforme disposto na Lei nº 9795/1999:

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino normal.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores em todos os níveis e em todas as disciplinas. Os professores e atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art.12. A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, na rede pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos artigos 10 e 11 desta Lei (BRASIL, 1999)

A referida lei norteia as escolas para a elaboração do currículo escolar, principalmente voltando às menções ao Ensino Fundamental. A existência da lei garante a inserção da Educação Ambiental nas escolas de modo interdisciplinar, baseando as práticas pedagógicas na compreensão e acompanhamento das atividades a fim de assegurar seu ensino, além de observar as condições políticas, econômicas e sociais dos alunos para que a proposta seja inserida de acordo com a realidade dos sujeitos envolvidos (BERNA, 2010).

O objetivo das escolas que promovem a Educação Ambiental como forma natural de ensino deve ser a integração das atividades pedagógicas, buscando a continuidade dos projetos estudados em sala de aula fora da realidade escolar, integrando o conhecimento adquirido às propostas da comunidade, incentivando mudanças quando o assunto ainda for desconhecido e ampliando as ações, quando as pessoas envolvidas já percebem a necessidade de preservar o meio ambiente, diminuir as formas de consumo dos recursos naturais e devolver à natureza aquilo que dela foi retirado para satisfazer as necessidades humanas (CAPRA, 2006).

O ALUNO MULTIPLICADOR DO CONHECIMENTO

O aluno que participa de um processo de ensino-aprendizagem significativo torna-se um agente multiplicador do conhecimento, transformando suas atitudes de modo a influenciar a comunidade nas ações para promover a preservação ambiental por meio de práticas sustentáveis (BERNA, 2010).

Branco (2007) direciona suas pesquisas à identificação dos líderes multiplicadores, chamando atenção dos professores para observar os alunos que se destacam na prática oratória, de modo que os colegas os ouçam e sigam suas ideias. Os próprios alunos são capazes de identificar um líder multiplicador, mas todos podem colaborar para as ações de multiplicar o conhecimento sobre os conceitos, princípios e objetivos da Educação Ambiental. O docente, no papel de mediador, deve observar e valorizar as opiniões e ideias dos alunos para propor uma qualidade de vida humana e ambiental cada vez melhor.

“Refletir na escolha e preservar as atividades individuais e em grupo devem ser práticas pedagógicas adotadas pelo docente para identificar o líder multiplicador da Educação Ambiental” (BRANCO, 2007, p. 161).

Na visão de Ruy (2004) a multiplicação do conhecimento ocorre a partir do incentivo dos alunos em diminuir a utilização dos recursos naturais, debatendo em sala de aula questões de consumo desenfreado, comparando como a humanidade retirava o que era preciso da natureza antigamente e na atualidade, destacando a importância de preservar o meio para garantir a sobrevivências das gerações atuais e futuras. A comunicação entre professor e alunos pode traçar um plano de comportamento, após a identificação das opiniões dos discentes sobre os temas da Educação Ambiental, cabendo ao aluno a reprodução daquilo que conhece sem que ocorram filtros, de modo que o professor pode observar e valorizar as ideias dos alunos para efetivar as práticas ambientais.

tem como meio principal a divulgação da mensagem que aprendeu em sala de aula, estendendo a aprendizagem às famílias e à comunidade de maneira geral, aliando professores e alunos no processo de mudança comportamental do coletivo social, buscando a qualidade de vida humana e ambiental. Além disso, os alunos multiplicadores são, cada vez mais, monitores de suas famílias, observando e corrigindo hábitos antigos que não objetivam a preservação do meio ambiente.

A escola também tem um papel importante na formação do aluno multiplicador do conhecimento de Educação Ambiental, pois é o ambiente que melhor implementa a consciência de preservação do meio, devido ao fácil acesso ao processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a escola é o espaço social onde o aluno aprende a interagir com outras culturas e crenças, transferindo sua própria realidade à comunidade escolar ao redor (RUY, 2004).

A Educação Ambiental interdisciplinar é fundamental para o sucesso da formação do aluno multiplicador, promovendo a mudança do comportamento dos alunos, de modo geral. A participação do professor está enfatizada na importância de que a escola tem o intuito de transformar as atitudes comportamentais com relação ao meio ambiente. A elaboração de projetos e programas pode começar através das práticas pedagógicas docentes que, ao iniciar um incentivo aos alunos, está ampliando as possibilidades da comunidade ao redor (futuramente a sociedade mundial) e o percurso de consumo desenfreado e preserve a natureza para sobrevivência humana e ambiental (ALMEIDA, 2007).

ELEMENTOS PARA INSERIR NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

A partir do enfoque da criança como multiplicadora dos conceitos de Educação Ambiental, alguns elementos podem ser destacados para compor a funcionalidade do processo de educação dos alunos, de modo que a aprendizagem sobre Educação Ambiental seja precisa, sólida, consciente e sensível aos educandos (BERNA, 2010).

Para Almeida (2007), Berna (2010), Ruy (2004), Dias (2002) e Branco (2007), existe uma relação entre a escola, a prática pedagógica, os estímulos e a família que garante a participação dos alunos na construção de ações, programas e projetos voltados à inserção da Educação Ambiental nas escolas. Estes elementos são conhecidos como as peças chaves para promoção de uma educação que busque a qualidade de vida humana e ambiental, mencionando cada um dos fatores em tópicos, relatados a seguir.

- **A escola:** a estrutura física da escola é o primeiro passo a ser observado e alterado para que a prática ambiental ocorra de forma positiva no ensino fundamental, devido à centralização do processo de ensino-aprendizagem. Como o papel da escola é formar pessoas mais conscientes, responsáveis e transformadoras da realidade, esse é o lugar ideal para oferecer possibilidades de aprendizado significativo, promovendo no aluno o incentivo necessário que leve o sujeito a transferir a teoria estudada para a prática efetivada (ALMEIDA, 2007).

Segundo Ruy (2004) a escola deve iniciar sua preocupação com a inserção da Educação

ensino fundamental, com propriedades específicas para cada faixa etária, incluindo o planejamento de atividades promovidas fora das salas de aula, realizadas no parque ou jardim da escola, quando a estrutura apresentar tais opções. Nesse contexto, os alunos são convidados a conviver com a natureza, cabendo ao professor direcioná-los à aprendizagem, de modo que a criança estenda os conhecimentos para fora da escola. A ideia do desenvolvimento sustentável pode ser inserida na escola através da exploração dos conceitos de reduzir, reutilizar e reciclar, permitindo que os familiares também participem de tais ações.

O ensino fundamental pode oferecer aos alunos desde pesquisas internas na escola, até a conscientização sobre a importância de evitar a contaminação da água e do solo, não descartar o lixo em sanitários, diminuir o uso de resíduos que causam poluição das águas e esgoto, entre outros aspectos relevantes que podem ser explorados no ambiente escolar e na comunidade, de uma maneira generalizada (BERNA, 2010).

• **A prática pedagógica:** a prática pedagógica é outro elemento fundamental para que a Educação Ambiental seja inserida no ensino fundamental, pois permite ao aluno o envolvimento integral com as atividades ambientais que serão desenvolvidas, de acordo com a proposta do professor e a maneira como ele vai apresentar tais conceitos aos seus alunos. A pedagogia da escola precisa estar pautada nas diretrizes educacionais estipuladas no sistema de ensino vigente, mas existem maneiras diferentes de escolher, adaptar e aplicar tais práticas. O importante é que os alunos sejam conduzidos à aprendizagem por meio da realidade, assumindo a postura de atores principais nas mudanças necessárias ao meio ambiente (RUY, 2004).

• **O estímulo:** este elemento refere ao incentivo do professor e da escola às crianças para que ocorra interesse nas atividades que envolvem os assuntos ambientais, estendendo aos estímulos dados pelas famílias, iniciando ações nas escolas que podem propagar por toda a comunidade ao redor. O estímulo tratar-se de oficinas voltadas à Educação Ambiental, com a participação dos responsáveis para integrarem programas como a reutilização de materiais, o rodízio de veículos, plantio de árvores, economia de água, entre outros fatores que determinam a conscientização das pessoas pela necessidade de preservar o planeta (DIAS, 2002).

Segundo Ruy (2004) a Educação Ambiental deve ser incorporada às disciplinas justamente para que haja continuidade nas atividades iniciadas nas escolas no âmbito familiar e social, estimulando a sensibilização e a participação da comunidade nos programas que promovem a formação do aluno multiplicador de conhecimento ambiental.

• **A família:** este é um dos elementos fundamentais para que a prática social da Educação Ambiental permaneça e esteja garantida, mesmo após as aulas ensinadas nas escolas, com os três elementos anteriores integrados à família, de modo que o aluno aprenda e continue praticando ações para preservar o meio ambiente e assegurar a qualidade de vida humana e ambiental. Na verdade, a família é a primeira a influenciar a criança, com ações simples dentro de casa que promovam uma cultura consciente no sujeito, como a separação de lixo reciclável e o consumo consciente de água e energia, por exemplo (DIAS, 2002).

Branco (2007) destaca que os alunos são levados ao entendimento de que a Educação Am-

biental está mais próxima de sua realidade do que eles imaginam, pois não basta salvar as florestas quando a reciclagem começa dentro de suas próprias residências. O professor, tendo em mãos os relatórios elaborados com as opiniões dos alunos acerca do consumo desenfreado, pode enriquecer sua aula, ensinando os alunos a construir gráficos que demonstrem a recorrências das atitudes questionadas. Ao visualizar os gráficos, podem comparar suas próprias atitudes com as dos colegas, levando os alunos a repensarem suas ações rotineiras, construindo valores que integram sua formação pessoal, profissional e social.

Através de uma aprendizagem significativa, que associa a realidade do sujeito ao que ele estuda nas escolas, é possível nortear a formação dos alunos cada vez mais interessados e sensibilizados em alterar o percurso do descaso – com a natureza, promovendo programas e considerando atitudes dentro de suas famílias que levam às mudanças quanto ao consumo desenfreado de recursos naturais e a adoção de maneiras simples de reciclagem de lixo, por exemplo, que garantem a qualidade de vida humana e ambiental promovendo um equilíbrio natural que permite a sobrevivência das gerações atuais e futuras (ALMEIDA, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental, nas últimas décadas vem sendo inserida nas escolas através da interdisciplinaridade, incluída em outras matérias dos currículos educacionais, conquistando espaço nos planejamentos escolares, trazendo algumas discussões sobre a necessidade de conscientização urgente da população, além de promover uma formação aos alunos que relacionam os temas à aplicação no cotidiano de cada um, podendo ser trabalhado desde a educação infantil, potencializando as habilidades dos alunos no ensino fundamental, momento que a caracterização humana está mais aberta à sensibilização.

Existem diversas metodologias para inserir a Educação Ambiental na rotina escolar, cabendo ao professor a escolha pela melhor maneira de introduzir os temas em sua disciplina específica, relacionando a teoria à prática em sala de aula. Observou-se, por meio as pesquisas dos autores referenciados no trabalho, que a importância de estudar a preservação do meio ambiente cabe desde os primeiros contatos da criança com a aprendizagem, contribuindo com as práticas já existentes entre as famílias, estendendo a responsabilidade social dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. A concretização e sensibilização na formação do aluno são fundamentais para garantir que o sujeito cresça com a capacidade crítica permanente em suas ações, transformando a realidade ao seu redor.

Considerando a ação social da Educação Ambiental deve-se pensar em tais temas de forma mais abrangente, sem isolar um contexto, mantendo a interdisciplinaridade. A proposta atual da sociedade é de acreditar e discutir possibilidades, cabendo à iniciação por sugestões de práticas nas escolas, viabilizando de forma que os educadores estabeleçam novas relações e condições educacionais em prol da competência do pensar e do optar para uma ação transformadora, encontradas nos alunos. Assim torna-se inquestionável reconhecer todas as possibilidades e necessidades de um trabalho envolvendo Educação Ambiental, como um caminho de aproximação gradual e pro-

missor entre aluno, professor, comunidade e escola.

Ações simples nas escolas podem iniciar a formação concreta dos alunos em perceber que, cuidar na natureza é uma responsabilidade que compete a todos os cidadãos. Tanto professores quanto as escola, conforme observado nos trabalhos dos autores mencionados anteriormente, já entendem seu papel em desenvolver práticas pedagógicas que remetem à integração das disciplinas à Educação Ambiental, valorizando a cultura das crianças e promovendo ações que podem ser estendidas às famílias, após a aprendizagem nas aulas. Reduzir o consumo desenfreado dos recursos naturais independe da posição social ou financeira da população, mas são atitudes tomadas por todos que levam a qualidade de vida do meio e do homem.

A Educação Ambiental deve promover o respeito ao incentivo de preservação do meio ambiente, através do desenvolvimento de ações, programas e projetos desenvolvidos nas escolas, que variam da plantação de uma horta até a identificação do consumo excessivo de água, energia e produção de lixo, capacitando os alunos para que estendam os conceitos estudados às famílias e comunidades, propiciando métodos inovadores de preservação ambiental. A dedicação e envolvimento dos professores são fundamentais para que as ações ocorram, de fato, sem que haja superficialidade no tratamento dos temas, mas os alunos são os agentes principais da Educação Ambiental ao continuarem aplicando os conhecimentos aprendidos nas escolas de maneira espontânea e natural, assumindo o papel de cidadão participativo e transformador da realidade ao seu redor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. **Criança e agente é agente multiplicador na luta contra o desperdício**. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista eletrônica do mestrado em Educação Ambiental, v.4. nov/dez 2007.

BERNA, V. S. D. **Amigos do Planeta – Meio Ambiente e Educação Ambiental**. São Paulo: Editora Paulus, 2010.

BORGES, F. H. **A evolução da preocupação ambiental e seus reflexos no ambiente: uma abordagem histórica**. XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção - Porto Alegre. ENE-GEP – ABEPRO 5235, out 2005.

BRANCO, S. **Meio ambiente – educação ambiental no Ensino Fundamental: Oficinas aprender fazendo**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei 9795/99, de 27 de abril de 1999. **Estabelece a política Nacional de educação Ambiental.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama>. Acesso em: 15/08/2022.

CAPRA, F. **O ponto de mutação – a ciência, a sociedade e a cultura emergente.** São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

DIAS, G. F. **Educação e Gestão Ambiental.** São Paulo: Editora Gaia, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental.** São Paulo: Editora Cortez, 2004.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

RIZZO, M. R. **Acidentes ambientais em grande escala.** Barueri: Manole, 2012.

RUY, R. A. V. **A educação ambiental na escola.** Revista de ciências, nº 26, maio, 2004.

VIEIRA, S. R. **A educação ambiental e o currículo escolar.** Revista Espaço Acadêmico, nº83, Ano VII, 2008.